



AGILE CORP

Est. São Lourenço, S/N, Qd. 21, Lt. 01 - Chácara  
Rio-Petrópolis Duque de Caxias - RJ - CEP: 25.243-150  
Telefone: (21) 3849-4938

EXMO. SR. PREGOEIRO E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO PREGÃO  
ELETRÔNICO Nº 003/2021

Ref. Pregão Eletrônico 003/2021

Processo SEI n.º 260005/002832/2020

**AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.801.512/0001-57, com sede à Estrada São Lourenço, Quadra 21, Lote 01, Chácara Rio Petrópolis, Duque de Caxias/RJ, CEP 25.243-150, vem, por intermédio de seu representante, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que aceitou a proposta de preços e habilitou a empresa **VINIL GESTAO E FACILITIES LTDA**, para o lote 04 do Pregão, o que faz com fundamento no inciso XVIII, do art. 4º da Lei nº 10.520/02 e art. 44 do Decreto 10.024/2019 e pelas razões a seguir aduzidas:

#### 1 – SÍNTESE DO RECURSO:

A empresa VINIL GESTAO E FACILITIES LTDA, foi classificada e habilitada para o lote 04 do Pregão Eletrônico nº. 003/2021.

Entretanto, conforme se demonstrará adiante, analisando a documentação da empresa declarada vencedora, verifica-se que a aceitabilidade da proposta e a habilitação da

AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA  
RG: 04712251-1 - Ep  
CNPJ: 004.280.447-78

referida não estão em conformidade com as exigências editalícias e legais, motivo pelo qual se interpõe o presente recurso que se pede, desde já, seja conhecido e provido.

## 2 – DA CERTIDÃO POSITIVA DO ISS

Quanto a certidão positiva do ISS, deve ser reconhecido que sobra criatividade à recorrida.

No tal esclarecimento para “evitar possíveis interpretações equivocadas” a recorrida afirma que a sua certidão de ISS, apesar de estar positivada, tem efeito de negativa, já que foi apresentada em conjunto com a Certidão da Procuradoria da Dívida Ativa Geral do Município, com as notas de débitos regularizadas.

E prosseguiu apresentando o print do seguinte documento:



VINIL ENGENHARIA

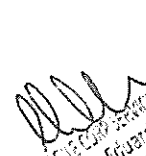
É de praxe a Certidão da Procuradoria estar juntamente presente para atestar a veracidade do efeito de **“NEGATIVA”**.


CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA						
FORAM APURADAS INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA						
Certidão	Natureza	Grandeza	Valor	Exigibilidade	Exerc. Fiscal	
PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO
PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO
PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO
PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO
PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO
PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO
PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO
PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO	PROTEÇÃO

Contém duas NDs com exigibilidade **“Suspensa”**, ratificando o efeito de **“Negativa”**.

No entanto, eminente Pregoeiro, ao que parece, a recorrida prestou informação inverídica.

Isso porque, na documentação de habilitação, a recorrida apresentou uma outra certidão, que contém informação diversa, veja:

  
AGILE CORP SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA  
R. S. 647, 200 - 11P  
CEP: 024.200-007-78

 <p><b>PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO</b> Procuradoria Geral do Município Procuradoria da Dívida Ativa</p>	<b>Código de Controle</b>
	1MCCM9SM9M

Página 1 de 1

### CERTIDÃO POSITIVA

A PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, após analisar o cadastro dos créditos sob sua administração, relativamente a **VINIL GESTÃO E FACILITIES LTDA**, inscrito(a) no cadastro nacional de pessoas jurídicas - CNPJ sob o nº 33.412.883/0001-04, inscrição municipal nº 0.003.814-3, com endereço no(a) R PROFESSOR HENRIQUE COSTA, nº 675 - LOTE 2 - RJ Cep: 22770-232, certifica que

### FORAM APURADAS INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA

VINIL ENGENHARIA E ESTRUTURAS METÁLICAS - 33.412.883/0001-04						
Certidão	Natureza	Dívida (R\$)	Situação	Fase	Exigibilidade	Exec. Fiscal
10/219143/2014-00	ISS	10.664,7	Parcelamento Irregular	Amigável	Cobrança	
VINIL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA - 33.412.883/0001-04						
Certidão	Natureza	Dívida (R\$)	Situação	Fase	Exigibilidade	Exec. Fiscal
10/108807/2019-00	ISS	65.127,5	Parcelamento Irregular	Amigável	Cobrança	

#### Observações Complementares

Esta certidão compõe-se de 1 folha(s) e é válida por 180 dias, a contar desta data.

#### Observações

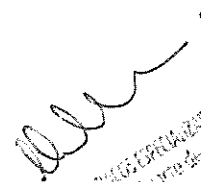
Rio de Janeiro, RJ, 08/01/2021

1. Esta certidão refere-se exclusivamente a situação fiscal do(s) contribuinte(s) acima indicado(s) perante a dívida ativa do Município do Rio de Janeiro.

Como se infere da parte destacada, diferentemente do que alega a recorrida, a Certidão da Procuradoria não está com a exigibilidade suspensa.

Consta a informação de que o parcelamento encontra-se irregular, em fase de cobrança.

Ou seja, a recorrida não apresentou a certidão negativa municipal, nos termos exigidos no item 12.3.1, c.3, não havendo como prosperar sua habilitação no presente certame, motivo pelo qual o recurso merece acolhimento.

  
CARLOS EDUARDO DUARTE DE ALcantara  
Advogado - OAB RJ nº 171.299-1  
CPF: 024.283.647-78

### 3 – DA IRREGULARIDADE DO ACORDO COLETIVO UTILIZADO PELA RECORRIDA

A empresa declarada vencedora para o lote 04 fundamentou sua proposta de preços com base em acordo coletivo celebrado com o Sindicato dos Oficiais Eletricistas.

Junto com sua documentação, a empresa, sob o fundamento de “evitar possíveis interpretações equivocadas”, justificou que tal acordo coletivo seria adequado, pois em seu CNAE, a sua atividade principal seria “Instalação e Manutenção Elétrica”, a autorizar a utilização do mencionado acordo coletivo.

No entanto, conforme melhor se demonstrará, a empresa recorrida viola o caráter isonômico da disputa, tentando, em verdade, driblar as regras legais.

Em regra, o sindicato que rege a relação entre empregado e empregador é aquele referente à atividade preponderante do empregador (o que é variável de empresa para empresa), não se confundindo, em nada, com o serviço que será desempenhado e em que ambiente será desempenhado.

E é exatamente por tal motivo que é vedado que nos editais de licitações seja determinado previamente qual a convenção ou acordo sindical que deverá ser utilizado.

Quanto a tal ponto, assiste razão à recorrida quando informa que na utilização do acordo ou convenção coletiva, deverá ser levado em consideração a atividade preponderante do empregador, e não o serviço que será executado.

Para que não remanesça dúvidas do que aqui se expõe veja o que constou em recente julgamento realizado no TCU sobre tal matéria (acórdão 1097/2019 – Plenário):

*Embora a matéria possa ser objeto de alguma controvérsia ou até mesmo de certa confusão por parte de compradores públicos, o enquadramento sindical no Brasil é matéria de ordem pública e decorre de previsão legal, sendo definido, via de regra, pela atividade econômica preponderante do empregador e não em função da atividade desenvolvida pelo empregado.*

*Assinado eletronicamente pelo TCU*  
CPF: 034.280.447-18

*nos termos dos normativos acima citados e do § 2o do art. 511 da CLT, que reproduzo:*

*Art. 511. É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas.*

*[...]*

*§ 2o A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional. (destaquei)*

*A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho vai na linha de que o enquadramento sindical do trabalhador é definido pela atividade econômica preponderante do empregador. Veja-se, para ilustrar, a ementa a seguir do julgado no AIRR - 11390- 49.2016.5.15.0038, Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Data de Julgamento: 3/4/2019, 7a Turma, Data de Publicação: DEJT 05/04/2019 (destaquei):*

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 40 DO TST - ENQUADRAMENTO SINDICAL – ATIVIDADE PREPONDERANTE DA EMPRESA. Nos termos do art. 511, § 1o, da CLT, o enquadramento sindical do empregado, no Direito do Trabalho brasileiro, é realizado em função da atividade econômica preponderante do empregador, tendo em vista a base territorial da prestação dos serviços. No caso, o Tribunal de origem verificou que a reclamada não é entidade beneficente ou filantrópica, sendo inaplicáveis as normas coletivas indicadas pela autora. Agravo de instrumento desprovido." Depreende-se então que um*

*Assinado por:*  
CARLOS EDUARDO DUARTE DE ALCANTARA  
RG: 14702601-1/SP  
CPF: 044.283.447-78

*empregador não pode ser obrigado a observar uma norma coletiva do trabalho de cuja formação não tenha participado, seja diretamente (acordo coletivo) ou por sua entidade de classe (convenção coletiva). Ainda que se empreguem trabalhadores integrantes de categorias profissionais diferenciadas na execução dos serviços, cujo conceito é dado pelo § 3º do art. 511 da CLT, a norma coletiva a ser aplicada e observada pelo empregador é aquela pactuada pelo órgão de classe que o representa. Esse é o teor da Súmula 374 do TST que enuncia que “o empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria”.*

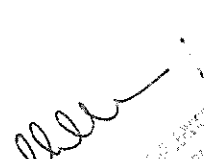
Deste modo, em uma primeira análise, poderia parecer que a recorrida, por supostamente ter como atividade principal a instalação e manutenção elétrica, poderia se valer do ACT firmado com o Sindicato dos Oficiais Eletricistas.

No entanto, tal regra não é absoluta, havendo exceção quando a empresa empregadora não possui apenas uma atividade preponderante, mas sim uma diversidade de atividades-objeto em seu contrato social.

A recorrida fornece mão de obra terceirizada e diversificada, conforme se observa de seus atestados técnicos e de seu contrato social. Nesse sentido, é de se observar que em seu contrato social constam mais de 10 (dez) objetos de atividade econômica, não se podendo especificar, portanto, qual destes se traduzia em sua atividade econômica preponderante.

A recorrida parte de uma premissa absolutamente equivocada: de que o CNAE principal seria o definidor de sua atividade preponderante. Não existe legislação e nem instrução normativa que estabeleça tal critério.

A correta conclusão é de que a recorrida exerce múltiplas atividades empresariais, o que inviabiliza a aferição de sua atividade preponderante.

  
M. JESUS SANTOS PEREIRA  
Cadastrado em 02/07/2019  
CPF: 040.407.73

Nesse sentido, o entendimento doutrinário e jurisprudencial já cristalizado é de que caso não seja possível definir qual a atividade preponderante da empresa em face da multiplicidade de áreas nas quais atua, deverá ser adotado o critério de que o enquadramento de cada empregado seja definido pelas atividades que este exerce. Veja:

*"MÚLTIPLAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS. ENQUADRAMENTO SINDICAL CONFORME ATIVIDADE EXERCIDA. ART. 581, § 1º. O enquadramento sindical do trabalhador, na legislação pátria, é definido, em regra, pela atividade preponderante da empresa, salvo nas hipóteses de categoria profissional diferenciada e naquelas em que não se pode especificar apenas uma atividade empresarial prevalente. Inteligência dos arts. 511, 577 e 581, da CLT. No caso sob exame, o objeto social da empresa engloba diversas atividades, sem que qualquer delas seja a atividade finalística (...)." (Processo: RO - 0002444-82.2015.5.06.0391, Redator: Eduardo Pugliesi, Data de julgamento: 29/09/2016, Primeira Turma, Data da assinatura: 04/10/2016)*

*EMPRESA COM MÚLTIPLAS ATIVIDADES. INDEFINIÇÃO DA ATIVIDADE PREPONDERANTE. O critério para o enquadramento sindical do empregado é a atividade preponderante do empregador, exceto quando se trate de profissão pertencente a categoria diferenciada. No caso, porém, não é possível definir qual a atividade preponderante da Reclamada em face da multiplicidade de áreas nas quais se propôs a atuar. Nessa situação, é praticamente impossível descobrir qual o "vínculo social básico que se denomina categoria econômica", a que alude o § 1º do art. 511 da CLT. O fato da empresa dedicar-se à prestação de serviços terceirizados não é elemento caracterizador dessa circunstância, mas apenas a forma pela qual desenvolve suas atividades. Nesse quadro, a melhor solução é que o enquadramento de cada empregado seja definido pelas atividades que exerce." (RO-1286-2009-016-10-00-8, Des. Relatora Flávia Simões Falcão).*

*Flávia Simões Falcão*  
Des. Relatora  
Data: 04/10/2016  
CPF: 024.230.447-78



A multiplicidade de atividades exercidas pela recorrida fica mais evidenciado se analisado os atestados técnicos acostados.

Aliás, torna-se curioso que a recorrida fundamente que sua atividade preponderante seja serviços elétricos e, em nenhum dos atestados, consta a execução de serviços em tal área.

A recorrida pretende burlar as regras do enquadramento sindical, o que, certamente não será acolhido por esta comissão de licitações.

A prosperar a tese da recorrida, estar-se-ia se implementando o caos nas relações sindicais, permitindo burla de toda monta.

Pense-se no seguinte exemplo: imagine que uma empresa terceirizadora de mão-de-obra venha a firmar um acordo coletivo com um sindicato que rege a categoria dos técnicos em informática. Tal acordo possui um piso salarial abaixo da média de mercado. Tal empresa, que não presta qualquer serviço de informática, com o objetivo de utilizar tal acordo coletivo nas licitações que participa, altera o seu CNAE, colocando como atividade principal a realização de serviços de informática. A partir daí, segundo a lógica da recorrida, tal instrumento poderia ser utilizado, sob o fundamento de que se trata de atividade preponderante, mesmo que tal empresa hipotética jamais tenha exercido qualquer atividades em tal área.

Ora, eminente Preogeiro, a situação é absurda.

No caso em referência, considerando que a empresa recorrida exerce multitarefas, a norma sindical de regência deverá ser aquela relativa ao serviço que será efetivamente executado.

Considerando que o presente certame tem por objeto a terceirização de mão de obra de apoio administrativo, não há qualquer fundamento a utilização de ACT firmada com sindicato de eletricitistas.

Veja que nem mesmo a recorrida acredita na tese apresentada para justificar a utilização de tal acordo coletivo.

*[Assinatura]*  
MÉDIO REGO/GERENTE GERAL  
Canoa, 08/08/2021 14h11  
CPF: 027.304.775





Veja que na primeira ficha, em uma contratação ocorrida no ano de 2017, a recorrida utilizou o sindicato que pretende utilizar neste certame.

Porém, na segunda ficha, em contratação mais recente, ocorrida em 2020, o sindicato indicado foi o de ASSEIO E CONSERVAÇÃO.

Ora, é evidente que a recorrida sabe que não pode se valer do acordo coletivo que pretende utilizar para justificar os salários neste certame e, tanto é assim, que em seu registro mais recente de funcionário, adotou a CCT de ASSEIO E CONSERVAÇÃO.

#### 4 – DA AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

---

O item 12.5, c.1, do edital, exigia o seguinte:

*c) Declaração do licitante indicando o nome, o CPF e nº do registro na entidade profissional competente do Responsável Técnico - Administrativo - CRA, que acompanhará a execução do objeto desta licitação - Anexo IX, com a comprovação da experiência anterior e o respectivo vínculo, conforme abaixo:*

*c.1) O licitante deverá demonstrar que possui no seu quadro permanente, na data da licitação, profissional ou profissionais de nível superior em **Administração**, detentores de **Atestado(s) de Responsabilidade Técnica** que comprove(m) a execução das atividades de características similares ao objeto a ser licitado, averbado(s) pelo respectivo Conselho Profissional.*

Como se observa, o licitante deveria comprovar que possui no seu quadro permanente profissional de nível superior em administração, detentor de atestado de responsabilidade técnica.

No entanto, a recorrida apenas apresentou atestado de capacidade técnica em nome da empresa e não em nome do profissional de administração, o que viola os termos do edital.

*Assinatura:*  
MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA  
CARLOS DE ALMEIDA  
RUA NUNES DE ALMEIDA, 100  
COP. 024-130-00718

---

**5 – DOS PEDIDOS**

---

Isto posto e preenchidos os requisitos legais, PUGNA A RECORRENTE pelo recebimento do presente recurso para que seja processado e julgado por este Ilustre Pregoeiro, dando-lhe provimento para desclassificar e inhabilitar a empresa **VINIL GESTAO E FACILITIES LTDA**, para o lote 04, em razão da fundamentação acima, determinando-se a invalidação dos atos, prosseguindo o certame até que outra empresa classificada esteja em condições legais e regulares de habilitação.

Caso entenda pela manutenção da decisão, que seja o presente recurso encaminhado para a autoridade superior, nos termos legais.

*Nestes termos,*

*Pede Deferimento.*

Duque de Caxias, 20 de maio de 2021.



AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.  
Carlos Eduardo Duarte de Alcantara  
RG: 047419351-1FP  
CPF: 034.280.447-78

**AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**  
CNPJ nº. 00.801.512/0001-57





**15º de Notas**  
Fernanda de Freitas Leitão  
Tabelião Substituto

**15º OFÍCIO DE NOTAS**  
Ronaldo Jordão Bussiêre  
Tabelião Substituto  
Matr. 94/6301 CGJ

**TRASLADO**

**LIVRO: 4019**

**FLS: 168**

**ATO: 086**

**PROCURAÇÃO BASTANTE** que faz,  
**AGILE CORP SERVIÇOS**  
**ESPECIALIZADOS LTDA**, na forma  
abaixo:-----

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem que, aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte (04.08.2020), nesta Cidade do Rio de Janeiro, Capital do Estado, perante mim, **RONALDO JORDÃO BUSSIÊRE, Tabelião Substituto do 15º Ofício de Notas Matr. nº 94/6301 CGJ**, desta Cidade, sito à Rua do Ouvidor, n. 89, sendo Tabeliã **FERNANDA DE FREITAS LEITÃO**, compareceu como **OUTORGANTE: a empresa AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.801.512/0001-57, com na Estrada São Lourenço s/n Qd 21 Lote 01, Chácara Rio-Petrópolis, Duque de Caxias – RJ, neste ato representada por seu administrador – Diretor Executivo – **JOSE MANTUANO DE LUCA FILHO**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00021478047, expedida pelo DETRAN/RJ, em 14/04/2016, contendo identidade nº 051726396, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 017.980.797-80, residente e domiciliada nesta Cidade, com endereço comercial mencionado acima, nos termos do contrato social sob o Nire 33205382344 o qual fica arquivado nesta serventia, identificado pelos documentos que me foram apresentados e arquivados. E por ela Outorgante através de seu representante legal me foi dito que por este público instrumento, nomeia e constitui seu bastante Procurador: **CARLOS EDUARDO DUARTE DE ALCANTARA**, brasileiro, advogado, casado, portador da carteira nacional de identidade nº 04.741.955-1, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 004.280.447-78, a quem confere poderes expressos e especiais em nome da matriz e de todas as filiais para representá-la, junto as Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais e Autárquicas e Ministeriais e em seus Departamentos desta Cidade, e de outras Cidades, em qualquer Estado Federação, podendo para tanto, assinar, requerer, acompanhar processos, Concorrências, Tomadas de Preços, Convites, Cotação de Preços, dispensa, Pregões, Pregões Eletrônicos, podendo dar lances, negociar preços, formular propostas, assinar propostas, documentos, atas contratos, declarações, termos aditivos e quaisquer outros documentos que julgar necessários, requerer Editais, atestados de desempenho, certificados específicos, cadastros de regularidade Jurídico Fiscal, cadastro de fornecedores, acompanhar e retirar documentos, interpor e desistir de recursos. Podendo representar a outorgante perante Bancos em geral, inclusive Caixas Econômicas Estadual e Federal com o fim específico de recebimento de alvarás judiciais, mediante a transferência dos créditos oriundos de alvarás exclusivamente para a conta corrente da outorgante podendo assinar recibos, ou quaisquer outros documentos exigidos pela Instituição financeira para a liberação dos créditos provenientes de alvarás judiciais,

podendo ainda, constituir advogado com poderes da cláusula "ad judicium" com os mais  
Rua do Ouvidor, 89 - Centro - CEP 20040-030 - Tel.: 55 21 3233-2600 - Av. das Américas, 500 - Bl. 11 - Lj 106 - Downtown - Barra da Tijuca  
Tel.: 55 21 3154-7161 - CEP: 22640-100 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil - E-mail: faleconosco@cartorio15.com.br - www.cartorio15.com.br

/cartorio15

PROCURAÇÃO BASTANTE



AAA 015081702



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
CARLOS EDUARDO DUARTE DE ALCANTARA

DOC. IDENTIDADE / CNG. EMISSOR / UF  
626590ABRJ

CPF  
084.280.447-78

DATA NASCIMENTO  
12/04/1962

FILIAÇÃO  
CARLOS PEDRO DE ALCANTARA  
EDENIA DUARTE DE ALCANTARA

PRIMEIRO  
ACI  
CAT. HAB.  
AB

Nº REGISTRO  
00146757743

VALIDADE  
07/07/2021

1ª HABILITAÇÃO  
27/05/1981

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1327046674

PRIMEIRO PLASTIFICAR  
1327046674

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
NITERÓI, RJ

DATA EMISSÃO  
08/07/2016

52011304015  
RJ418171696

DETRAN - RJ (RIO DE JANEIRO)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELIA  
Rua do Ouvidor, nº 89, Centro, Rio de Janeiro/RJ - Fone: (21) 3233-2800

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico e dou fé que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado.  
Rio de Janeiro, 6 de maio de 2021.

ELSON CELESTINO DA SILVA  
ESCREVENTE - M. 94-6541

Emolumentos: R\$ 6,25 - T.J. Fundos: R\$ 2,58 - Total: R\$ 8,83

Sala - EDUH54120-ADN - Consulte em <https://www.sistema.legispublica.org.br>

0688641 AC454227



33.2.0538234-4

Sociedade empresária limitada

Normal



00-2020/191223-6

AGILE CORP SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA

Hash: A853A4A7-40A5-45E8-ABCD-53B09988B4CB

Orgão	Calculado	Pago
Junta	934,00	934,00
DNRC	0,00	0,00

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO

AGILE CORP SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA

## Eventos

002

[illegible]

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR MARCELO RODRIGUES ALVES PASTURA SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 23/09/2020 e arquivado em 23/09/2020

Capa Nº Páginas

13

1/1

  
Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL

**Observação:**

Autenticação: 3BA56491C99780BF8EF15BAEEDA838A0AFC2A3BDEEA9C0D713C58F4F3E534AB5  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 1/22



Presidência da República  
Secretaria de Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0538234-4

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Parte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2020/191223-6

23/09/2020 08:58:43

JUCERJA

Último arquivamento:

00003889019 - 29/06/2020

NIRE: 33.2.0538234-4

AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

Boleto(s): 103484902

Hash: A853A4A7-40A5-45E8-ABCD-53B09988B4CB

Orgão	Calculado	Pago
Junta	934,00	934,00
DREI	0,00	0,00

## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

### AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
025	5	Alteração / Extinção de Filial na UF da Sede
028	4	Alteração / Extinção de Filial em outra UF
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

#### Requerente

Nome:	Tiago Felipe Costa de Macedo
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	21964354049
E-mail:	tiago@tiagofcmacedo.com.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	23/09/2020
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

23/09/2020

Data



00-2020/191223-6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

NIRE: 33.2.0538234-4 Protocolo: 00-2020/191223-6 Data do protocolo: 23/09/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/09/2020 SOB O NÚMERO 00003938363 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3BA56491C99780BF8EF15BAEEDA838A0AFC2A3BDEEA9C0D713C58F4F3E534AB5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCE RJ

Pag. 2/22

**QUADRAGÉSIMA SEXTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL  
AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.  
CGC/MF: 00.801.512/0001-57**

SEPASA SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S/A, empresa com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua da Quitanda, 86, Complemento: 86A, Centro, CEP 20.091-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.643.830/0001-30, NIRE: 33300306544 de 26/02/2013 - neste ato representada por seu Diretor **Antonio Mantuano De Luca**, brasileiro, comerciante, portador da carteira de identidade nº 130172612, expedida pelo DIC-DETRAN/RJ e CPF sob o nº 298.348.057-72, residente e domiciliado na Av. Canal de Marapendi, nº 2915 – Bloco 01 – Apto 701, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.630-021

GRA PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, empresa estabelecida na cidade de Duque de Caxias /RJ, na Estrada Velha do Pilar, 15, apto 201, Figueira, CEP 25.230-610, inscrita no CNPJ. Sob o número 17.385.017/0001-07, NIRE: 33600036470 de 26/12/2012 – de ato representada por SEPASA SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S/A, empresa com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua da Quitanda, 86, Complemento: 86A, Centro, CEP 20.091-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.643.830/0001-30, NIRE: 33300306544 de 26/02/2013 através de seu Diretor, **José Mantuano De Luca Filho**, brasileiro, comerciante, solteiro, portador da carteira de identidade nº 051726396, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 017.980.797-80, residente e domiciliado à Rua Prudente de Moraes, 1375 - apto 106 - Ipanema - CEP 22420-043.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA com sede na cidade de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro na Estrada São Lourenço s/n – Quadra 21 – Lote 01 – Chácara Rio Petrópolis CEP. 25.243-150 devidamente inscrita no CNPJ sob o número 00.801.512/0001-57, cujo Contrato Social encontra-se devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o número 3320538234-4 por despacho em sessão de 25 de agosto de 1995 e demais alterações também registradas naquele Órgão, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito proceder às seguintes Alterações no Contrato Social da Sociedade:

**1) FECHAMENTO DE FILIAIS.**

Tendo em vista a não continuidade dos negócios resolveram os sócios pelo encerramento das atividades nas seguintes FILIAIS:

*[Assinatura]*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

NIRE: 332.0538234-4 Protocolo: 00-2020/191223-6 Data do protocolo: 23/09/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/09/2020 SOB O NÚMERO 00003938363 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3BA56491C99780BF8EF15BAEEDA838A0AFC2A3BDEEA9C0D713C58F4F3E534AB5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 3/22



ORDEM	NOME FANTASIA	CIDADE	UF	CNPJ NIRE	ENDEREÇO
4	SÃO LUIZ	SÃO LUIZ	MA	00.801.512/0004-08 21900187147 DE 29/04/2008	Avenida Engenheiro Emiliano Macieira, 1 - KM 6,5 - Maracanã - CEP. 65.095-602
9	SÃO PAULO	SÃO PAULO	SP	00.801.512/0009-04 35903672790 DE 29/09/2009	Rua Palacete das Águas, 96 - Vila Alexandria - CEP. 04.635-020
11	VIANA	VIANA	MA	00.801.512/0011-29 21900202600 DE 26/11/2009	Rodovia MA-014 - KM 37 - s/nº - Caminho Novo - CEP. 65.215-000
13	PINHEIRO	PINHEIRO	MA	00.801.512/0013-90 21900202618 DE 26/11/2009	Rua Duque de Caxias, 83 - Governador João Castelo - CEP. 65.200-000
17	COLÉGIO SÃO VICENTE	NITEROI	RJ	00.801.512/0017-14 33901290120 DE 03/04/2014	Rua Miguel de Frias, 123 - Icarai - CEP. 24.220-001
18	BRASIL AMARRAS	NITEROI	RJ	00.801.512/0018-03 33901290138 DE 03/04/2014	Rua Engenheiro Fábio Goulart, LT05 - Ilha da Conceição - CEP. 14.050-090
19	TURBOMECA	DUQUE DE CAXIAS	RJ	00.801.512/0019-86 33901303949 DE 22/07/2014	Rua Capitão Guynemer, 1626-LT03B - Parte - Xerem - CEP. 25.250-615
20	WHITE MARTINS	DUQUE DE CAXIAS	RJ	00.801.512/0020-10 33901303957 DE 22/07/2014	Rua Guianas, 80 - Parte - Campos Eliseos - CEP. 25.225-170
25	SÃO CRISTÓVÃO	RIO DE JANEIRO	RJ	00.801.512/0025-24 33901352869 DE 13/08/2015	Rua Fonseca Teles, 168 - Parte - São Cristóvão - CEP. 20.940-200

À vista da modificação ora ajustada, se consolidada o Contrato Social que passa a ter a seguinte redação:

*S*  
*H*

**AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.**  
**CGC/MF: 00.801.512/0001-57**  
**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO**

A sociedade girará sob o nome empresarial de **AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**, e terá sua sede social na cidade de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro na Estrada São Lourenço s/n – Quadra 21 – Lote 01 – Chácara Rio Petrópolis CEP. 25.243-150 devidamente inscrita no CNPJ sob o número 00.801.512/0001-57 e filiais:

ORDEM	NOME FANTASIA	CIDADE	UF	CNPJ NIRE	ENDEREÇO
1	MATRIZ	DUQUE DE CAXIAS	RJ	00.801.512/0001-57 33205382344 DE 25/08/1995	Estrada São Lourenço s/n - QD21 LT 01 - Chacarás Rio-Petrópolis - CEP. 25.243-150
3	TIMON	TIMON	MA	00.801.512/0003-19 21900180789 DE 31/07/2007	Avenida Paulo Ramos, 159 - Centro - CEP. 65.630-140
5	LABORATÓRIO	DUQUE DE CAXIAS	RJ	00.801.512/0005-80 33900955730 DE 02/06/2008	Rua Projetada A - s/nº QD07 LT03 - Figueira - CEP. 25.010-000
8	ESCRITÓRIO	DUQUE DE CAXIAS	RJ	00.801.512/0008-23 33900960032 DE 26/06/2008	Estrada Velha do Pilar, 1083, sala 402 - Chácara Rio-Petrópolis - CEP. 25.230-610
10	SÃO LUIS	SÃO LUIS	MA	00.801.512/0010-48 21900202626 DE 26/11/2009	Avenida Engenheiro Emiliano Macieira, 4 - sala 04A - Rodovia BR 135 - Tibiriçá - CEP. 65.095-600
12	CAXIAS	CAXIAS	MA	00.801.512/0012-00 21900202634 DE 26/11/2009	Rua Doutor Berredo, 1214 - Centro - CEP. 65.604-050
16	OFICINA	DUQUE DE CAXIAS	RJ	00.801.512/0016-33 33901223635 DE 14/12/2012	Rua Mascarenhas de Moraes, 355 - Chácara Rio Petrópolis - CEP. 25.230-030
26	RECANTO DAS EMAS	DISTRITO FEDERAL	DF	00.801.512/0026-05 53900361798 DE 07/10/2016	Q Quadra 206 - Conjunto 20 - s/nº - LT01 - Recanto das Emas - CEP. 72.610-620
27	CAMPINAS - SABIC	SÃO PAULO	SP	00.801.512/0027-96 35905272772 DE 24/02/2017	Rua Manoel Thomaz, 230 - Vila Lunardi - CEP. 13.067-230

46ª Alteração de Contrato Social

Página 3 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

NIRE: 332.0538234-4 Protocolo: 00-2020/191223-6 Data do protocolo: 23/09/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/09/2020 SOB O NUMERO 00003938363 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3BA56491C99780BF8EF15BAEEDA838A0AFC2A3BDEEA9C0D713C58F4F3E534AB5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 5/22

**Cláusula Segunda** – O capital social é de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais) divididos em 5.000.000 (Cinco milhões) de cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente no País, ficando assim distribuído entre os sócios:

Quotistas	Quotas	Valor Capital	%
SEPASA Serviços e Participações S/A	4,992,000.00	4,992,000.00	99.84%
GRA Participações e Serviços EIRELI	8,000.00	8,000.00	0.16%
<b>Total</b>	<b>5,000,000.00</b>	<b>5,000,000.00</b>	<b>100.00%</b>

**Cláusula Terceira** - O objeto da sociedade é:

1. Comércio Atacadista, Importação e Exportação de carnes de animais de pequeno, médio e grande porte abatido, charques, de conservas e de subprodutos da carne, pescado industrializado, conservas de pescado, leite e produtos de laticínio, mel e derivados, cereais beneficiados, Farinhas, Fermentos e Leveduras, Café em grão ou em pó, Mate, Açúcar e derivados, alimentos conservados, produtos de padaria e de confeitaria, essências, especiarias, condimentos, óleo e sal, massas e pós-alimentícios, sorvetes, produtos dietéticos, naturais e adoçantes artificiais, produtos alimentícios para animais, produtos congelados e produtos alimentícios não classificados, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, pescado, crustáceos e moluscos, aves, ovos e pequenos animais destinados à alimentação, produtos da fruticultura e produtos da horticultura.
2. Comércio de refeições, merenda escolar, fornecimento de alimentação para a iniciativa privada em geral (indústria, comércio e prestadores de serviços) e para órgãos da administração pública direta e indireta e suas respectivas autarquias (federais, estaduais e municipais) com o preparo em local próprio ou designado por terceiros e/ou contratantes.
3. Importação, comércio e distribuição de material hospitalar, médico, cirúrgico e odontológico, equipamentos e produtos para avaliação física, cardiológica e medicina esportiva, materiais e equipamentos cirúrgicos, instrumentais e inox, linha ortopédica, produtos para as seguintes especialidades: respiratória, ginecológica, cardiológica, oftalmológica, ginecológica, cirúrgica, instrumentação, veterinária, lâmpadas e baterias para equipamentos, testes rápidos, microscópios, materiais descartáveis para ginecologia, próctologia, cirurgia e vestuários, espelho vagina, escova cervical, escova endometrial, biopsiador, pinça, pulseiras para identificação, aventais, luvas, toucas, kit cirúrgico, implante, campos, gorros, sapatilhas, máscaras cirúrgicas, sugador, equipamentos para laboratórios, aparelhos auditivos e equipamentos audiológicos (audiômetro, imitanciomêtro, etc.), móveis e utensílios para esteticistas, medicina estética, clínicas médicas, podologia, cabeleireiros e afins, material de escritório, informática, higiene e limpeza.

46ª Alteração de Contrato Social

Página 4 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

NIPE: 332.0538234-4 Protocolo: 00-2020/191223-6 Data do protocolo: 23/09/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/09/2020 SOB O NÚMERO 00003938363 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3BA56491C99780BF8EF15BAEEDA838A0AFC2A3BDEEA9C0D713C58F4F3E534AB5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pág. 6/22

4. Produção, comercialização e distribuição de refeições industriais, bar, lanchonete e comércio de gêneros alimentícios.
5. Prestações de serviços de empreitada de mão de obra, comercialização e/ou fornecimento de gêneros alimentícios de qualquer espécie ou natureza e em especial os relacionados à produção de refeições (cozinha industrial), cesta básica de alimentos destinadas à iniciativa privada e aos consumidores em geral, (cantinas, restaurantes, bares e indústrias, comércio e prestadores de serviços) e às repartições públicas e autárquicas (federais, estaduais e municipais).
6. Comércio de Pneus, peças automotivas e acessórios, produtos mecânicos, material de escritório e informática, material elétrico e hidráulico.
7. Prestação de serviços de limpeza e conservação.
8. Prestação de Serviços de Informática.
9. Fornecimento de vales/ticket alimentação e cartão eletrônico/magnético aos Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais, suas Autarquias e Fundações e ao mercado consumidor em geral (indústria, comércio e prestadores de serviços).
10. Comércio, importação de dietas enterais e módulos com ou sem a utilização de equipo, fórmulas lácteas e não lácteas, alimentos para dietas enterais e orais e dietas parenterais, suplementos alimentares, misturas nutritivas.
11. Prestação de serviços de manutenção predial em áreas de cozinhas e outros, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos em hospitais, geradores de luz e força, sistemas de ventilação e exaustão mecânica e refrigeração industrial, câmaras frigoríficas e mortuárias, laboratórios e outros, sistemas geradores de vácuo, instalações elétricas de alta e baixa tensão, instalações hidráulicas, sanitárias e construção civil.
12. Comércio varejista de gêneros alimentícios, bebidas, doces, salgadinhos, refeições, sucos e refrigerantes, lanchonete.
13. Exploração e comércio em cantinas, bar e restaurantes, serviços de buffet em estabelecimentos próprios ou de terceiros.
14. Exploração do ramo de bar, lanchonete, cantinas e restaurantes, o comércio de gêneros alimentícios, bebidas, doces, salgadinhos, refeições, sucos e refrigerantes a ainda a exploração de serviços de Buffet em geral e a realização de eventos.
15. Serviços de limpeza, desinfecção e higienização de reservatórios de água, serviços de controle de vetores e pragas urbanas.
16. Transporte Rodoviário de Cargas, municipal, intermunicipal e interestadual em geral.
17. Fornecimento e locação de mão de obra em geral especializada ou não, Treinamento e capacitação de mão de obra; Recrutamento e seleção de pessoal;
18. Instalação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, sistemas de ar condicionado, redes de dutos, higienização, limpeza, tratamento e análise microbiológica em cozinhas, hospitais e outros.
19. Gestão, apoio, guarda e manuseio de documentos de terceiros inclusive com serviços de entrega e apanha de documentos, em qualquer meio: digital, físico, magnético ou microfilme.
20. Locação e fretamento de veículos em geral.
21. Aquisição de passagens aéreas e reservas em hotéis.

46ª Alteração de Contrato Social

Página 5 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

NIRE: 332.0536234-4 Protocolo: 00-2020/191223-6 Data do protocolo: 23/09/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/09/2020 SOB O NÚMERO 00003938363 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3BA56491C99780BF8EF15BAEEDA838A0AFC2A3BDEEA9C0D713C56F4F3E534AB5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



JUCEC-RJ

Pag. 7/22

22. Material de cama, mesa e banho, limpeza, higiene e higiene pessoal.
23. Análise de alimentos, de ensaios, de pesquisa física, pesquisa química.
24. Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
25. Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
26. Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
27. Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.
28. Imunização e Controle de Pragas Urbanas.
29. Gerenciamento de Facilités.

**Cláusula Quarta** – A sociedade iniciou suas atividades em 26 de julho de 1995 e seu prazo é indeterminado.

**Cláusula Quinta** – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**Cláusula Sexta** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**Cláusula Sétima** - A Sociedade será administrada de forma isolada pelo administrador não sócio **José Mantuano De Luca Filho**, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro à Rua Prudente de Moraes, 1375 - apto 106 - Ipanema - CEP 22420-043 - portador da carteira de identidade número 051726396 expedida pelo IFP/RJ e CPF número 017.980.797-80 designado como "**Diretor Executivo**" o qual terá poderes para praticar todos os atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade.

**Parágrafo Primeiro** - Além das atribuições e responsabilidades conferidas por este contrato, compete ao Diretor Executivo a administração, orientação e direção dos negócios sociais.

**Parágrafo Segundo** - Compete, ainda, especialmente ao "Diretor Executivo":

- a) Cumprir e fazer cumprir o contrato social e as deliberações das reuniões de sócios;
- b) Convocar as reuniões de sócios, na forma da lei;
- c) Representar a Sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante bancos, companhias de crédito, financiamento e investimento, repartições,

46ª Alteração de Contrato Social

Página 6 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

NIRE: 332.0538234-4 Protocolo: 00-2020/191223-6 Data do protocolo: 23/09/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/09/2020 SOB O NUMERO 00003938363 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3BA56491C99780BF8EF15BAEEDA838A0AFC2A3BDEEA9C0D713C58F4F3E534AB5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 8/22

- autarquias, entidades particulares, paraestatais ou de economia mista e qualquer órgão federal, estadual ou municipal;
- d) Nomear e destituir os procuradores da Sociedade e fixar-lhes as atribuições;
  - e) Elaborar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Sociedade;
  - f) Decidir acerca da participação no capital de outras sociedades; e
  - g) Executar as políticas administrativa, financeira, comercial, operacional, tecnológica e de marketing da Sociedade;
  - h) Admitir e demitir empregados e contratar representantes, fixando-lhes a remuneração;
  - i) Celebrar contratos de fornecimento com órgãos da administração pública Federal, Estadual, Municipal, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista e ainda com o mercado em geral.
  - j) Executar qualquer ato relativo à proteção e preservação dos direitos da Sociedade (incluindo-se os relativos à propriedade intelectual).
  - k) Vetado a prestação de caução ou avais em nome da sociedade.
  - l) Emitir e assinar títulos de crédito, cheques e ordens de pagamento;
  - m) Movimentar contas bancárias, assinar cheques, notas promissórias e outros títulos de crédito de interesse social, desde que tais atos se compreendam dentro de âmbito normal dos negócios sociais;
  - n) Resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transigir, renunciar, ceder direitos, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigação, celebrar contratos de financiamentos de qualquer espécie, seja de giro ou para bens (inclusive de aquisição);

**Cláusula Oitava** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

**Parágrafo Primeiro** - Os lucros e/ou prejuízos verificados nos balanços anuais encerrados em 31 de dezembro de cada ano, serão divididos e/ou suportados pelos sócios, podendo os sócios detentores de 3/4 (três quartos) capital social decidirem pela distribuição desproporcional de lucros.

**Parágrafo Segundo** - Os sócios poderão determinar o levantamento de balancetes de verificação semestrais ou em períodos menores, com base nos quais, poderão ser antecipados lucros, bem como constituir reservas ou fundos de provisões que julgarem necessários.

**Cláusula Nona** - Em vista da *affectio societatis* que rege a composição do quadro social, nenhum dos sócios poderá, a título gratuito ou oneroso, ceder, transferir, alienar, gravar ou por qualquer forma onerar, total ou parcialmente, suas quotas, sem o prévio e expresso consentimento escrito de sócios representando, pelo menos, 3/4 (três quartos) do capital social.

**Cláusula Décima** - Mediante o consentimento determinado na cláusula acima,

46ª Alteração de Contrato Social

Página 7 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

NIRE: 332.0538234-4 Protocolo: 00-2020/191223-6 Data do protocolo: 23/09/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/09/2020 SOB O NÚMERO 00003938363 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3BA56491C99780BF8EF15BAEEDA638A0AFC2A3BDEEA9C0D713C58F4F3E534AB5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCEC-RJ

Pag. 9/22

fica assegurado a todos os sócios, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a aquisição de quotas da Sociedade, conforme procedimentos descritos nos parágrafos seguintes.

**Parágrafo Primeiro** - O sócio que pretender vender, ceder ou transferir ("Sócio Ofertante") todas ou parte de suas quotas ("Transferência de Quotas") deverá notificar, por escrito e sob protocolo, os demais sócios ("Sócios Ofertados") e a Sociedade, nos termos do parágrafo 2º desta cláusula (a "Oferta Inicial"), para que os sócios exerçam ou renunciem ao seu direito de preferência, o que deverão fazer dentro de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação, na proporção de sua participação no capital social, descontada a participação que está sendo oferecida à venda.

**Parágrafo Segundo** - A "Oferta Inicial" - referida no parágrafo 1º desta Cláusula - deverá ser feita por escrito e entregue sob protocolo ao(s) Sócio(s) Ofertado(s); devendo esta conter, necessariamente, os seguintes requisitos; sob pena de não ser considerada válida:

- (a) o número das quotas ofertadas;
- (b) o valor pretendido pelo "Sócio Ofertante" ou pelo terceiro para suas quotas;
- (c) o prazo e a forma para pagamento;
- (d) o pretendente à aquisição desta participação, quando houver;
- (e) deverá estar assinada pelos representantes legais do pretendente à aquisição (se houver);
- (f) deverá ter prazo de validade superior ao previsto no parágrafo 1º da presente Cláusula - prazo concedido para a manifestação de preferência dos demais sócios.

**Parágrafo Terceiro** - Na hipótese de renúncia, por um "Sócio Ofertado", de seu direito de preferência, os demais poderão exercer a preferência também sobre a totalidade ou parte das quotas renunciadas pelo referido "Sócio Ofertado", na proporção de suas participações, o que deverá ser efetuado nos 15 (quinze) dias subsequentes.

**Parágrafo Quatro** - A falta de manifestação dos "Sócios Ofertados" - quer em relação à "Oferta Inicial" ou em relação às quotas renunciadas mencionadas no parágrafo 3º acima - será considerada como renúncia tácita ao direito de preferência.

**Parágrafo Quinto** - Não exercido o direito de preferência ou exercido parcialmente, o "Sócio Ofertante" poderá transferir a terceiros as quotas não adquiridas, desde que, cumulativamente:

46ª Alteração de Contrato Social

Página 8 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

NIRE: 332.0538234-4 Protocolo: 00-2020/191223-6 Data do protocolo: 23/09/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/09/2020 SOB O NÚMERO 00003938363 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3BA56491C99780BF8EF15BAEEDA838A0AFC2A3BDEEA9COD713C58F4F3E534AB5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 10/22

- (a) tal transferência seja efetuada nos mesmos termos e condições da "Oferta Inicial";
- (b) o terceiro a quem as quotas sejam cedidas ou transferidas seja aceito pelos demais sócios, por escrito, e;
- (c) a cessão ou a transferência seja efetuada no prazo de até 60 (sessenta) dias contados do término dos prazos para exercício do direito de preferência dos demais sócios mencionado no parágrafo 1º ou no parágrafo 3º da presente Cláusula (nesse último caso, se houver sobras). Se não concluída no prazo aqui descrito, o "Sócio Ofertante" deverá repetir o procedimento descrito nesta cláusula.

**Parágrafo Sexto** - Considera-se transferência de quotas ("Transferência de Quotas") para os fins deste contrato social, qualquer transferência de participação societária dos sócios, bem como qualquer tipo de reorganização societária ou criação de estruturas jurídicas que impliquem em conferir a terceiros os benefícios políticos e econômicos derivados da condição de sócio da Sociedade, tais como: cisão, incorporação, fusão, criação de usufruto sobre quotas ou quotas; emissão de debêntures. Estão abrangidas as transferências diretas (do sócio para terceiro) e indiretas (transferências de participações de empresas sócias da Sociedade para terceiros).

**Cláusula Décima-Primeira** - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação de sócios representando, pelo menos, 3/4 (três quartos) do capital social. Na hipótese de dissolução ou liquidação da Sociedade, será liquidante o sócio escolhido por sócios detentores de 3/4 (três quartos) do capital social, o qual deverá representar a Sociedade em todos os atos necessários à liquidação, bem como cumprir todas as obrigações previstas na legislação em vigor. Os haveres da Sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, rateado entre os sócios em proporção à sua participação no capital social.

**Parágrafo Único** - A retirada, incapacidade, falência ou exclusão de qualquer dos sócios não dissolverá a Sociedade, que prosseguirá com os sócios remanescentes, a menos que estes, desde que representando 3/4 (três quartos) do capital social, resolvam liquidá-la.

**Cláusula Décima-Segunda** - O sócio que desejar retirar-se da Sociedade deverá comunicar sua intenção, por escrito, aos demais sócios com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Único** - O sócio retirante receberá sua quota de capital, lucros e reservas, se houver, sob a seguinte regra:

46ª Alteração de Contrato Social

   
Página 9 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

NIRE: 332.0538234-4 Protocolo: 00-2020/191223-6 Data do protocolo: 23/09/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/09/2020 SOB O NÚMERO 00003938363 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3BA56491C99780BF8EF15BAEEDA838A0AFC2A3BDEEA9C0D713C58F4F3E514AB5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 11/22




- (a) 10% (dez por cento), no ato da assinatura do instrumento de alteração contratual; e
- (b) o saldo em 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas de igual valor, corrigidas monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), ou outro que vier a substituí-lo em contratos de tal natureza, mais juros de 12% (doze por cento) ao ano.

**Cláusula Décima - Terceira** – O administrador declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.


**Cláusula Décima - Quarta** - Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este documento particular de Contrato Social, em via única e para um só efeito, em presença de duas testemunhas.


Duque de Caxias, 25 de agosto de 2020.


  
GRA Participações e Serviços EIRELI  
José Mantuano De Luca Filho

  
SEPASA Serviços e Participações S/A  
Antonio Mantuano De Luca

  
Agile Corp Serviços Especializados Ltda  
José Mantuano De Luca Filho  
Diretor Executivo

**TESTEMUNHAS:**

  
Sérgio Fraga de Andrade  
CRC/RJ. 033043-0  
CPF. 392.639.089-15

  
Luiz Vanderlei Maciel Vieira  
IFP/RJ 086662558  
CPF. 011.451.527-16

46ª Alteração de Contrato Social

Página 10 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

NIRE: 332.0538234-4 Protocolo: 00-2020/191223-6 Data do protocolo: 23/09/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/09/2020 SOB O NÚMERO 00003938363 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3BA56491C99780BF8EF15BAEEDA838A0AFC2A3BDDEA9C0D713C58F4F3E534AB5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCEERJ  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Pag. 12/22



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

## PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM  
MAN2016591116

### 01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) AGILE CORP SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 00.801.512/0004-08
--	---

### 02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

517 Pedido de baixa  
Extinção, pelo encerramento da liquidação voluntária

Número de Controle: MA97899186 - 00801512000408

### 03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME JOSE MANTUANO DE LUCA FILHO	CPF 017.980.797-80
LOCAL	DATA 16/09/2020

### 04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 00.801.512/0001-57

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGILE CORP SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA

NIPE: 332.0538234-4 Protocolo: 00-2020/191223-6 Data do protocolo: 23/09/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/09/2020 SOB O NÚMERO 00603938363 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3BA56491C99780BF8EF15BAEEDA838A0AFC2A3BDEEA9C0D713C58F4F3E534AB5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCECERJA

Pag. 13/22



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

## PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM  
SPN2032062627

### 01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) AGILE CORP SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 00.801.512/0009-04
--	---

### 02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

517 Pedido de baixa  
Extinção, pelo encerramento da liquidação voluntária

Número de Controle: SP59299436 - 00801512000904

### 03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME JOSE MANTUANO DE LUCA FILHO	CPF 017.980.797-80
LOCAL	DATA 16/09/2020

### 04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 00.801.512/0001-57

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

NIRE: 332.0538234-4 Protocolo: 00-2020/191223-6 Data do protocolo: 23/09/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/09/2020 SOB O NUMERO 00003938363 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3BA56491C99780BF8EF15BAEEDA838A0AFC2A3BDEEA9C0D713C58F4F3E534AB5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCECERJA

Pag. 14/22



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ  
**PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ**

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM  
MAN2076005506

**01. IDENTIFICAÇÃO**

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) <b>AGILE CORP SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA</b>	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ <b>00.801.512/0011-29</b>
---	--

**02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO**

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

**517 Pedido de baixa**  
**Extinção, pelo encerramento da liquidação voluntária**

Número de Controle: MA94320731 - 00801512001129

**03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA**

NOME <b>JOSE MANTUANO DE LUCA FILHO</b>		CPF <b>017.980.797-80</b>
LOCAL	DATA <b>16/09/2020</b>	

**04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL**

**Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 00.801.512/0001-57**

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

NIRE: 332.0538234-4 Protocolo: 00-2020/191223-6 Data do protocolo: 23/09/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/09/2020 SOB O NÚMERO 00003938363 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3BA56491C99780BF8EF15BAEEDA838A0AFC2A3BDEEA9C0D713C58F4F3E534AB5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

## PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM  
MAN2031061899

### 01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) AGILE CORP SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 00.801.512/0013-90
--	---

### 02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

**517 Pedido de baixa**  
Extinção, pelo encerramento da liquidação voluntária

Número de Controle: MA54854064 - 00801512001390

### 03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME JOSE MANTUANO DE LUCA FILHO	CPF 017.980.797-80
LOCAL	DATA 16/09/2020

### 04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 00.801.512/0001-57

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

## PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM  
RJN2048414631

### 01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) AGILE CORP SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 00.801.512/0017-14
--	---

### 02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

517 Pedido de baixa  
Extinção, pelo encerramento da liquidação voluntária

Número de Controle: RJ53130820 - 00801512001714

### 03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME JOSE MANTUANO DE LUCA FILHO	CPF 017.980.797-80
LOCAL	DATA 16/09/2020

### 04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 00.801.512/0001-57

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ  
**PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ**

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM  
RJN2064368722

**01. IDENTIFICAÇÃO**

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) AGILE CORP SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 00.801.512/0018-03
--	---

**02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO**

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

517 Pedido de baixa  
Extinção, pelo encerramento da liquidação voluntária

Número de Controle: RJ86471754 - 00801512001803

**03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA**

NOME JOSE MANTUANO DE LUCA FILHO	CPF 017.980.797-80
LOCAL	DATA 16/09/2020

**04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL**

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 00.801.512/0001-57

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

## PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM  
RJN2050647650

### 01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) <b>AGILE CORP SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA</b>	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ <b>00.801.512/0019-86</b>
---	--

### 02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

**517 Pedido de baixa**  
**Extinção, pelo encerramento da liquidação voluntária**

Número de Controle: RJ53886971 - 00801512001986

### 03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME <b>JOSE MANTUANO DE LUCA FILHO</b>	CPF <b>017.980.797-80</b>
LOCAL	DATA <b>16/09/2020</b>

### 04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

**Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 00.801.512/0001-57**

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

NIRE: 332.0538234-4 Protocolo: 00-2020/191223-6 Data do protocolo: 23/09/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/09/2020 SOB O NUMERO 00003938363 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3BA56491C99780BF8EF15BAEEDA838A0AFC2A3BDEEA9C0D713C58F4F3E334AB5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

## PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM  
RJN2044085682

### 01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) AGILE CORP SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 00.801.512/0020-10
--	---

### 02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

517 Pedido de baixa  
Extinção, pelo encerramento da liquidação voluntária

Número de Controle: RJ74786741 - 00801512002010

### 03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME JOSE MANTUANO DE LUCA FILHO	CPF 017.980.797-80
LOCAL	DATA 16/09/2020

### 04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 00.801.512/0001-57

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ  
**PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ**

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM  
RJN2044976429

**01. IDENTIFICAÇÃO**

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) <b>AGILE CORP SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA</b>	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ <b>00.801.512/0025-24</b>
---	--

**02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO**

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

**517 Pedido de baixa**  
**Extinção, pelo encerramento da liquidação voluntária**

Número de Controle: RJ56488940 - 00801512002524

**03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA**

NOME <b>JOSE MANTUANO DE LUCA FILHO</b>	CPF <b>017.980.797-80</b>
LOCAL	DATA <b>16/09/2020</b>

**04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL**

**Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 00.801.512/0001-57**

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir



JUCECERJA  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro



### IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, NIRE 33.2.0538234-4, PROTOCOLO 00-2020/191223-6, ARQUIVADO EM 23/09/2020, SOB O NÚMERO (S) 00003938363, FOI ASSINADO DIGITALMENTE COM CERTIFICADO A3 PADRÃO ICP-BRASIL POR:

CPF/CNPJ	Nome

23 de setembro de 2020.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger  
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

NIRE: 332.0538234-4 Protocolo: 00-2020/191223-6 Data do protocolo: 23/09/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/09/2020 SOB O NÚMERO 00003938363 e demais constantes do termo de autenticação.


Autenticação: 3BA56491C99780BF8EF15BAEEDA838A0AFC2A3BDEEA9C0D713C58F4F3E534AB5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerj.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.




JUCECERJ


Pág. 22/22



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA**  
**DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO**  
**CADEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO**



VALIDAR TODA  
 O TERCERDIGNAL  
 2184522167



**NOME**  
JOSE MANTUANO DE LUCA FILHO

**DOC. IDENTIDADE/ORGANIZADOR**  
RJ01776396 IFF RJ

**CPF**  
011.989.767-26

**DATANASCIMENTO**  
09.10.1971

**RESIDÊNCIA**  
JOSE MANTUANO DE LUCA  
ANAMARIA MARZEL DE LUCA

**PREVISÃO**  
[ ]

**ACC**  
[ ]

**CAT. HAB**  
[ ]

**Nº REGISTRO**  
[ ]

**VALIDADE**  
[ ]

**Nº HABILITAÇÃO**  
[ ]

**OBSERVAÇÃO**

2184522167

**ASSINATURA DO PORTADOR**

**LOCAL**  
RIO DE JANEIRO, RJ

**DATA EMISSÃO**  
21/04/2021

**ASSINADO DIGITALMENTE**  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

**10646255788**  
**RJ0248776665**

RIO DE JANEIRO

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
 < <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

**SERPRO / DENATRAN**





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Fundação de Apoio à Escola Técnica  
Vice-Presidência Administrativa

À Presidência

## **JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

**TERMO: DECISÓRIO**

**FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO**

**REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO 003/2021**

**RAZÕES: INABILITAÇÃO**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE MÃO DE OBRA, DEVIDAMENTE REGULARIZADA, PARA PRESTAR JUNTO AS UNIDADES ESCOLARES DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAETEC, NAS FUNÇÕES DE APOIO ADMINISTRATIVO, DIVIDIDOS EM LOTES ABAIXO ESPECIFICADOS, SENDO ESTES SERVIÇOS DE NATUREZA CONTÍNUA E NOS MOLDES PRECONIZADOS NA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS – CLT, CONFORME PROPOSTA DETALHE (ANEXO I) E TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO III).**

**PROCESSO SEI-260005/001946/2021**

**RECORRENTE (S): AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**

**RECORRIDO: FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA e VINIL GESTÃO E FACILITES LTDA**

### **DAS PRELIMINARES**

### **DA TEMPESTIVIDADE**

O presente recurso interposto pela empresa **AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA** é regular por atender o requisito do Artigo 4º, XVIII da Lei 10.520/2002, bem como tempestivo com fundamento no item 13.1 do Edital convocatório do Pregão Eletrônico 003/2021.

### **DA LEGITIMADE**

A peça recursal foi rubricada e assinada por um dos representantes da empresa, caracterizando a legitimidade.

## **DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE**

A recorrente aduz que a empresa VINIL GESTÃO E FACILITIES LTDA foi classificada e habilitada para o Lote 04 do Pregão eletrônico nº 003/2021, entretanto a documentação apresentada não está em conformidade com as exigências do edital convocatório.

A recorrente irressignou-se contra o acordo coletivo usado para elaboração da proposta do proponente vencedor.

Aduz ainda a ausência de comprovação, pelo recorrido, de que possui no seu quadro permanente profissional de nível superior em administração detentor de atestado de responsabilidade técnica, limitando-se apenas a apresentar atestados de capacidade técnica em seu nome e não em nome do profissional de administração, o que viola os termos do edital.

**Por fim, requer o provimento do presente recurso para que a Comissão reveja o ato administrativo impugnado, e, desclassifique a empresa VINIL GESTÃO E FACILITIES LTDA para o LOTE 04, prosseguindo o certame até que outra empresa classificada esteja em condições legais e regulares de habilitação.**

## **DAS CONTRARRAZÕES**

Esclareço que foi protocolada contrarrazões, através do indexador 17944780.

Outrossim, considerando que a peça defensiva foi protocolizada em 27/05/2021, esta é tempestiva, com fundamento no item 13.1 do Edital convocatório do Pregão Eletrônico 003/2021.

## **DA ANÁLISE DO RECURSO**

Cuida-se de pedido de inabilitação da empresa Recorrida, com a alegação de irregularidade com o fisco municipal e que a CCT apresentada não seria compatível, bem como, quanto a não apresentação de declaração de qualificação técnica das responsáveis técnicas indicadas.

Não assiste razão a Recorrente.

Da análise dos autos, quanto ao primeiro ponto, no que tange ao fisco municipal, verifico que constam nos autos certidão positiva com efeitos negativos, e ainda, documentação do SICAF, indicando a regularidade da empresa Recorrida, dando total clareza quanto ao cumprimento do requisito para a habilitação.

Note-se que, os licitantes não são obrigados a apresentar os documentos de habilitação quando já constem do SICAF, nos termos do art. 4º, inciso XIV da Lei 10.520/2002.

*XIV - os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem*

*do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes;*

Tal assertiva, inclusive, consta do edital, conforme se observa do item 12.1.4, senão vejamos:

**12.1.4** O Certificado de Registro Cadastral - CRC, mantido pelo **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**, poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos **subitens 12.2.1; 12.3.1; 12.4.1 e 12.6.1.**

Aproveitando, é cediço dizer que o Edital e seus Anexos, faz lei entre as partes, bem como toda legislação pátria vigente.

Diante disso, percebe-se que na licitação os concorrentes e o próprio Poder Público ficam vinculados ao Edital de Convocação, que é um instrumento onde são estabelecidas as regras do certame, condições e cláusulas específicas para a posterior contratação, visando à qualidade e a segurança do serviço público. Nele são delineados os procedimentos, as propostas, documentação, o julgamento e o próprio contrato.

Neste sentido, dispõe o art. 41, caput, da Lei nº 8.666/93:

*“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada”.*

A vinculação ao Edital é, portanto, um princípio inerente a todo procedimento licitatório, pois estabelece as regras do certame, de modo a garantir, dentro da própria licitação, a justa competição entre os concorrentes. Assim, a partir do momento em que as empresas se dispõem a participar de uma licitação, recebem as regras a que estão submetidas, e se comprometem a cumprir a exigências estabelecidas.

Sobre a matéria, é da lição de Hely Lopes Meirelles:

*“A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. [...] O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu” (Hely Lopes Meirelles. Direito Administrativo Brasileiro. 26º ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2002. P. 263).*

Merece ainda destaque o entendimento do Tribunal de Contas da União:

*“A jurisprudência deste Tribunal é pacífica quanto à importância de ser observado nos procedimentos licitatórios o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Quanto a esse aspecto não há controvérsia, pois o edital é a lei que rege o processo licitatório, devendo conter regras claras e objetivas acerca dos aspectos importantes nele envolvidos (TC*

*– 010.641/2013-0, Natureza: Pedido de Reexame, Unidade Jurisdicionada: Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Interessada: Hewlett – Packard Brasil Ltda.) (Grifos e destaques nossos).”*



No que tange a suposta irregularidade quanto ao Acordo Coletivo apresentado, constata-se que foi devidamente cumprida à exigência, considerando que o Acordo foi realizado com o Sindicato dos Oficiais Eletricistas, seguido o CNAE principal, conforme se verifica do registro no CNPJ, que indica a atividade principal, como sendo Instalação e Manutenção Elétrica.

A leitura que se faz dos dispositivos de lei e jurisprudências é que o enquadramento sindical do empregador é definido por sua atividade econômica preponderante, e não em função da atividade desenvolvida pela categoria profissional que prestará os serviços mediante cessão de mão de obra. (art. 581, § 2º, da CLT e art. 8º, inciso II, da Constituição Federal).

*Art. 581. Para os fins do item III do artigo anterior, as empresas atribuirão parte do respectivo capital às suas sucursais, filiais ou agências, desde que localizadas fora da base territorial da entidade sindical representativa da atividade econômica do estabelecimento principal, na proporção das correspondentes operações econômicas, fazendo a devida comunicação às Delegacias Regionais do Trabalho, conforme localidade da sede da empresa, sucursais, filiais ou agências.*

*§ 1º Quando a empresa realizar diversas atividades econômicas, sem que nenhuma delas seja preponderante, cada uma dessas atividades será incorporada à respectiva categoria econômica, sendo a contribuição sindical devida à entidade sindical representativa da mesma categoria, procedendo-se, em relação às correspondentes sucursais, agências ou filiais, na forma do presente artigo.*

*§ 2º Entende-se por atividade preponderante a que caracterizar a unidade de produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades converjam, exclusivamente em regime de conexão funcional.*

*Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:*

*(...)*

*II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;*

Aos nossos olhos, o enquadramento sindical aplicado, segue os parâmetros legais, já que vinculado à atividade principal no CNPJ da empresa Recorrida, não havendo assim, que se falar em irregularidade.

Seguindo adiante, no que se infere quanto à alegação de ausência de qualificação técnica das responsáveis técnicas indicadas pela Recorrida, não há como aderir ao apresentado pelo Recorrente, uma vez que consta nos autos certidão de regularidade técnica e de acervo técnico da empresa e suas respectivas responsáveis técnicas.

## DECISÃO

Diante do exposto, concluo que as razões de recorrer apresentadas não se mostram suficientes para conduzir a reforma da decisão atacada.

Por fim, mantenho a decisão de **HABILITAÇÃO** da empresa **VINIL GESTÃO E FACILITES LTDA**, submetendo à autoridade superior, o Ilmo. Sr. Presidente da FAETEC, **JOÃO DE MELO CARRILHO**.

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Jhonatan Silva Santos, Pregoeiro (a)**, em 08/06/2021, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **17940134** e o código CRC **94A4C98D**.

Referência: Processo nº SEI-260005/001947/2021

SEI nº 17930255

Rua Clarimundo de Melo, 847, - Bairro Quintino, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21311-280  
Telefone: 2332-4126 - [faetec.rj.gov.br](http://faetec.rj.gov.br)



VINIL ENGENHARIA

AO

ILMO. SENHOR PREGOEIRO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA – FAETEC  
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO 003/2021

VINIL GESTÃO E FACILITIES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 33.412.883/0001-04, com sede na Rua Professor Henrique Costa, 675, Pechincha – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22.770-232, através de seu Representante Legal, vêm oportunamente, apresentar suas contrarrazões ao Recurso Administrativo Interposto pela empresa AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.801.512/0001-57 pelas razões a seguir delineadas:

#### DO RECURSO DA RECORRENTE:

A recorrente tenta inabilitar a licitante VINIL GESTÃO E FACILITIES LTDA, sugerindo que a certidão e a CCT apresentada pela recorrida não é compatível com o que se é esperado de acordo com seu recurso administrativo, levando a crer, a intenção de desqualificar o julgamento e decisão desta Comissão que conhece de forma detalhada cada item constante no processo licitatório e possui total capacidade de avaliação orçamentária, indo contra a sábia e irretocável decisão de habilitação da recorrida. Portanto esta conduta da recorrente é inoportuna e inadequada conforme será demonstrado a seguir:

#### DA CERTIDÃO POSITIVA DO ISS

A recorrente, muito desatenta, relata descabidamente, sobre a certidão da PGM (Procuradoria Geral do Município) apresentada nas habilitações pela recorrida. A recorrente não se ateve em sua diligência de identificar a Certidão Positiva com Efeito de Negativa anexada. Abaixo, rastreamos o caminho correto para que a recorrente detecte e comprove que a CND está anexada:

Doc Vinil PT 1.zip

Doc Vinil PT 2.zip

Doc Vinil PT 3.zip

Doc Vinil.zip

*Recebido em  
24/05/2021  
às 16h, 22 min.*

Arquivos		Lista de Arquivos			
	Consulta Consolidada Vinil e quadro societario.pdf	290.004	243.930	Documento do Ad...	15/04/2021 13:34 2D060303
	DOC VINIL PT 1.pdf	18.534.503	16.701.616	Documento do Ad...	09/04/2021 13:05 130F6A73
	DOC VINIL PT2.pdf	8.019.013	7.544.468	Documento do Ad...	09/04/2021 13:05 80085CF3
	DOC VINIL PT3.pdf	17.629.744	16.264.068	Documento do Ad...	09/04/2021 13:05 4DABFDBC
	DOC VINIL PT4.PDF	2.418.827	1.778.294	Documento do Ad...	15/04/2021 14:58 43CED8CF

Evidenciamos incisivamente que, em últimas diligências para apresentação de habilitação para novos Lotes, adicionamos nova CND atualizada.

Resta salientar, que antes, durante e atualmente, a recorrida está devidamente regular perante TODOS os Órgãos Competentes, com suas respectivas Certidões válidas e renovadas tempestivamente.

Endereço: Rua Professor Henrique Costa, 675 - Pechincha  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP: 22.770-232  
Tel: (21) 2425-2690  
vinil@vinilengenharia.com.br  
www.vinilengenharia.com.br

*[Handwritten signature]*



VINIL ENGENHARIA

À

ILMO. SENHOR PREGOEIRO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA – FAETEC  
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO 003/2021

VINIL GESTÃO E FACILITIES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 33.412.883/0001-04, com sede na Rua Professor Henrique Costa, 675, Pechincha – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22.770-232, através de seu Representante Legal, vêm oportunamente, apresentar suas contrarrazões ao Recurso Administrativo Interposto pela empresa AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.801.512/0001-57 pelas razões a seguir delineadas:

#### DO RECURSO DA RECORRENTE:

A recorrente tenta inabilitar a licitante VINIL GESTÃO E FACILITIES LTDA, sugerindo que a certidão e a CCT apresentada pela recorrida não é compatível com o que se é esperado de acordo com seu recurso administrativo, levando a crer, a intenção de desqualificar o julgamento e decisão desta Comissão que conhece de forma detalhada cada item constante no processo licitatório e possui total capacidade de avaliação orçamentária, indo contra a sábia e irretocável decisão de habilitação da recorrida. Portanto esta conduta da recorrente é inoportuna e inadequada conforme será demonstrado a seguir:

#### DA CERTIDÃO POSITIVA DO ISS






A recorrente, muito desatenta, relata descabidamente, sobre a certidão da PGM (Procuradoria Geral do Município) apresentada nas habilitações pela recorrida. A recorrente não se ateve em sua diligência de identificar a Certidão Positiva com Efeito de Negativa anexada. Abaixo, rastreamos o caminho correto para que a recorrente detecte e comprove que a CND está anexada:

Doc Vinil PT 1.zip

Doc Vinil PT 2.zip

Doc Vinil PT 3.zip

Doc Vinil.zip

		Tamanho do arquivo			
	Consulta Consolidada Vinil e quadro societario.pdf	290.004	243.930	Documento do Ad...	15/04/2021 13:34 2D060303
	DOC VINIL PT 1.pdf	18.534.503	16.701.616	Documento do Ad...	09/04/2021 13:05 130F6A73
	DOC VINIL PT2.pdf	8.019.013	7.544.468	Documento do Ad...	09/04/2021 13:05 80085CF3
	DOC VINIL PT3.pdf	17.629.744	16.264.068	Documento do Ad...	09/04/2021 13:05 4DABFDBC
	DOC VINIL PT4.PDF	2.418.827	1.778.294	Documento do Ad...	15/04/2021 14:58 43CED8CF

Evidenciamos incisivamente que, em últimas diligências para apresentação de habilitação para novos Lotes, adicionamos nova CND atualizada.

Resta salientar, que antes, durante e atualmente, a recorrida está devidamente regular perante TODOS os Órgãos Competentes, com suas respectivas Certidões válidas e renovadas tempestivamente.

Endereço: Rua Professor Henrique Costa, 675 - Jacarapaguá  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP 22.770-232  
Tel: (21) 3553-2425 / 3553-2698  
vinil@vinilengenharia.com.br  
www.vinilengenharia.com.br





VINIL ENGENHARIA

Como prova do exposto acima, tem a comprovação do SICAF (Item obrigatório 12.1.4), anexado com a documentação, provando que não há lapso temporal no período do certame, bem como na habilitação.

### Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento (Possui Pendência)

II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN Validade: 21/08/2021

FGTS Validade: 23/04/2021

Trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>) Validade: 27/09/2021

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital Validade: 14/06/2021

Receita Municipal Validade: 05/07/2021

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2021

### DA IRREGULARIDADE DO ACORDO COLETIVO UTILIZADO PELA RECORRIDA

A Vinil Engenharia segue o CNAE principal conforme registro no CNPJ e que por esta razão está vinculada ao sindicato ora apresentado e utilizado no certame em comento. É importante dizer que este raciocínio segue a correta interpretação legal quando se fala em licitação, sendo certo que toda e qualquer convenção coletiva tem força de lei, não havendo parâmetro legal que vincule a abrangência do Sindicato com o objeto contratual, **salvo quando estiver disciplinado no edital**.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NUMERO DE INSCRIÇÃO 33.412.883/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 14/07/1970
NOME EMPRESARIAL VINIL GESTAO E FACILITIES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica		

A recorrente totalmente displicente ou até mesmo com a intenção de induzir a comissão de licitação ao entendimento de sua peça, gerou provas contra o objeto de sua explanação na mesma, onde transcreve uma jurisprudência na 7ª página do referido recuso, a saber, o Art. 581, §1º, conforme print abaixo:

Endereço: Rua Professor Henrique Costa, 674 - Jangadeiro  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Cep: 22.770-232  
Tel: (21) 2425-2698  
vinil@vinilengenharia.com.br  
[www.vinilengenharia.com.br](http://www.vinilengenharia.com.br)



VINIL ENGENHARIA

"MÚLTIPLAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS. ENQUADRAMENTO SINDICAL CONFORME ATIVIDADE EXERCIDA. ART. 581, § 1º. O enquadramento sindical do trabalhador, na legislação pátria, **é definido, em regra, pela atividade preponderante da empresa**, salvo nas hipóteses de categoria profissional diferenciada e naquelas em que não se pode especificar apenas uma atividade empresarial prevalente. Inteligência dos arts. 511, 577 e 581, da CLT. No caso sob exame, o objeto social da empresa engloba diversas atividades, **sem que qualquer delas seja a atividade finalística** {...}." (Processo: RO - 0002444-82.2015.5.06.0391, Redator: Eduardo Pugliesi, Data de julgamento: 29/09/2016, Primeira Turma, Data da assinatura: 04/10/2016)

Está claro no print acima que o nosso entendimento é reiterado no julgamento em destaque, ou seja, o enquadramento sindical é definido pela atividade preponderante da empresa, salvo nas hipóteses de não haver uma atividade principal no CNPJ. Assim, para maiores esclarecimentos, destacamos na íntegra o artigo em epígrafe:

**Art. 581, CLT:**

"§ 1º Quando a empresa realizar diversas atividades econômicas, **sem que nenhuma delas seja preponderante, cada uma dessas atividades será incorporada à respectiva categoria econômica**, sendo a contribuição sindical devida à entidade sindical representativa da mesma categoria, procedendo-se, em relação às correspondentes sucursais, agências ou filiais, na forma do presente artigo."

Portanto, verifica-se de modo cristalino que o enquadramento sindical foi aplicado seguindo rigorosamente o comando estampado no artigo em destaque, descaracterizando totalmente os argumentos trazido pela recorrente, pois se verifica sem sombras de dúvidas que a interpretação é: não havendo atividade econômica preponderante, **o que não é o caso**, segue-se os sindicatos de cada categoria das atividades secundárias do CNPJ. Logo, o sindicato vinculado está ligado diretamente com o CNAE principal da Vinil, conforme amplamente exposto.

A precificação seguiu rigorosamente a utilização do acordo coletivo entre a Vinil e o Sindicato dos Oficiais Eletricistas, conforme a seguir destacado.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Oficiais Eletricistas e Trabalhadores nas Indústrias de Instalação e Manutenção Elétrica, Gás, Hidráulica, Sanitária, Mecânica e de Telefonia**, com abrangência territorial em RJ.

Seguindo essa trilha, passa-se a esclarecer que as funções do certame estão em perfeita consonância com os cargos e **abrange todas as funções da presente licitação**, respeitando assim todos os CBOs respectivos, razão pela qual não se pode ignorar a correta aplicação do instrumento, corroborando com as funções abrangidas pelo acordo coletivo, a seguir em destaque.





VINIL ENGENHARIA

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES  
**CBO**  
MINISTÉRIO DO TRABALHO

Buscas: Descrição, Histórico de Ocupações, Características de Trabalho, Áreas de Atividade, Competências Pessoais, Recursos de Trabalho, Participantes da Descrição, Relatório da Família, Relatório Tabela de Atividades, Conversão.

4110 :: Agentes, assistentes e auxiliares administrativos

4110-05 - Auxiliar de escritório  
Auxiliar administrativo. Auxiliar de compras. Escriturário.

4110-10 - Assistente administrativo  
Agente administrativo. Apoiador político partidário. Assistente administrativo sindical. Assistente de compras. Assistente de escritório. Assistente técnico - no serviço público.

Fale com a CBO

Explanada dos Ministérios, Bloco F - CEF 70508-906, Rio de Janeiro - RJ

Consulte a Descrição CBO 115

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES  
**CBO**  
MINISTÉRIO DO TRABALHO

Buscas: Descrição, Histórico de Ocupações, Características de Trabalho, Áreas de Atividade, Competências Pessoais, Recursos de Trabalho, Participantes da Descrição, Relatório da Família, Relatório Tabela de Atividades, Conversão.

4221 :: Recepcionistas

4221-05 - Recepcionista, em geral  
Agente de tráfego. Atendente de clínica veterinária. Atendente de consultório veterinário. Encarregado da recepção. Funcionário de setor de informação. Recepcionista atendente. Recepcionista auxiliar de secretária. Recepcionista bilingue. Recepcionista de credenciamento. Recepcionista de empresa de navegação aérea. Recepcionista secretária. Recepcionista telefonista. Recepcionista vendedor de passagens aéreas.

Fale com a CBO

Explanada dos Ministérios, Bloco F - CEF 70508-906, Rio de Janeiro - RJ

#### Descrição Sumária

Recepcionam, conferem e armazenam produtos e materiais em almoxarifados, armazéns, silos e depósitos. Fazem os lançamentos da movimentação de entradas e saídas e controlam os estoques. Distribuem produtos e materiais a serem expedidos. Organizam o almoxarifado para facilitar a movimentação dos itens armazenados e a armazenar, preservando o estoque limpo e organizado. Empacotam ou desempacotam os produtos, realiza expedição materiais e produtos, examinando-os, providenciando os despachos dos mesmos e auxiliam no processo de logística.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES  
**CBO**  
MINISTÉRIO DO TRABALHO

Buscas: Descrição, Histórico de Ocupações, Características de Trabalho, Áreas de Atividade, Competências Pessoais, Recursos de Trabalho, Participantes da Descrição, Relatório da Família, Relatório Tabela de Atividades, Conversão.

4141 :: Almoxarifes e armazenistas

4141-05 - Almoxarife  
Auxiliar de almoxarifado. Controlador de almoxarifado.

Fale com a CBO

Explanada dos Ministérios, Bloco F - CEF 70508-906, Rio de Janeiro - RJ

Logo, se pode observar que os CBOs acima destacados estão de acordo com os CBOs estabelecidos no certame a seguir delineados.

FUNÇÃO	CBO
Auxiliar Administrativo IV	4110-05
Auxiliar de Escritório	4110-05
Recepcionista	4221-05
Auxiliar de Almoxarife	4141-05
Almoxarife	4141-05
Assistente Administrativo Junior	4110-10
Assistente Administrativo Sênior	4110-10

Ao final de sua importuna explanação sobre o enquadramento sindical, mais uma vez a recorrente tenta confundir o julgamento perfeito e irretocável desta comissão.

Quando a recorrente afirma que temos (duas) colaboradoras enquadradas em sindicatos diferentes, não sei se por inexperiência ou má fé, a mesma deixa de considerar que em diversos certames, o contratante define no material editalício o sindicato a ser praticado na precificação, sendo, portanto, necessário e obrigatório a vinculação no sindicato definido no respectivo certame. Logo, o exemplo citado pela recorrente não se presta para embasar o argumento equivocado trazido pela recorrente.

Nesse sentido, destacamos abaixo (mantendo a sigiliosidade de nosso cliente) um exemplo que corrobora com os argumentos delineados acima, onde é estabelecido os sindicatos por funções e municípios no certame. Vale destacar ainda que na impossibilidade da utilização do nosso sindicato por ausência de funções, deve-se utilizar a convenção coletiva mais adequada ao objeto do certame, sentenças normativas, Leis, decretos etc.

Endereço: Rua Prof. Henrique Costa, 675 - Jd. Amparo  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP: 22.770-132  
Tel. (51) +55 21 2425 2698  
vinil@vinilengenharia.com.br  
www.vinilengenharia.com.br



## VINIL ENGENHARIA

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra

TIPO DE SERVIÇO	MENSAGEIRO	CARREGADOR	COPEIRO	RECEPCIONISTA	MOTORISTA	RECEPCIONISTA	RECEPCIONISTA	RECEPCIONISTA	RECEPCIONISTA	RECEPCIONISTA
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	CBO 4122-05	CBO 7932-10	CBO 5134-25	CBO 4221-05	CBO 7823-10	CBO 4221-05	CBO 4221-05	CBO 4221-05	CBO 4221-05	CBO 4221-05
Local de Prestação dos Serviços	NOVA IGUAÇU	NOVA IGUAÇU	NOVA IGUAÇU	NOVA IGUAÇU	NOVA IGUAÇU	DUQUE DE CAXIAS	ITAGUAÍ	TERESÓPOLIS	PETROPOLIS	TRÊS RIOS
Carga Horária mensal a ser contratada (horas)	220 horas	220 horas	220 horas	220 horas	220 horas	220 horas	220 horas	220 horas	220 horas	220 horas
Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.194,00	R\$ 1.194,00	R\$ 1.194,00	R\$ 1.268,18	R\$ 1.661,07	R\$ 1.315,98	R\$ 1.268,18	R\$ 1.315,98	R\$ 1.233,30	R\$ 1.268,18
Sindicato da Categoria Profissional	SINDEACONI	SINDEACONI	SINDEACONI	SINDEACONI	SIND. TRAB. TRANS. RODOV. NOVA IGUAÇU	SIND. EMPREG. EMPRESAS ASSEIO. CONSERVACAO MUN. DUQUE DE CAXIAS	SINDEACONI	SIND. EMPREG. EMPRESAS ASSEIO. CONSERVACAO MUN. DUQUE DE CAXIAS	SIND. EMPREGADOS COND. EMPRE. E PREST. SERV. PETROPOLIS	SIND. EMPREG. EMPRESAS ASSEIO. CONSERVACAO MUN. DUQUE DE CAXIAS
Data base da categoria (dia/mês)	01/mar	01/mar	01/mar	01/mar	01/jun	01/abr	01/mar	01/abr	01/jun	01/mar
Ano do Acordo Coletivo, Convenção Coletiva ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	RJ001139/2018	RJ001139/2018	RJ001139/2018	RJ001139/2018	RJ001475/2018	RJ001178/2018	RJ001139/2018	RJ001178/2018	RJ001093/2018	RJ001013/2018

### DA AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Com relação à qualificação técnica da Recorrida, foram apresentados:

- Anexo IX – Declaração de Responsável Técnico – Assinado pelas responsáveis técnicas.
- Certidão de Regularidade Técnica válida perante o Órgão Responsável (CRA-RJ), comprovando a regularidade da Recorrida, juntamente com suas responsáveis técnicas e seus registros.
- Certidão de Acerto Técnico válida perante o Órgão Responsável (CRA-RJ), elencando seus Atestados/Declarações realizados com a observação de suas responsáveis técnicas.
- Certidões de RCA (Registro de Comprovação de Aptidão), com seus respectivos Atestados e Contratos, todos averbados comprovadamente, podendo ser consultado diretamente no site do Órgão competente (CRA-RJ).

Neste compêndio, não há do que se insinuar violação dos termos do edital, pois a Recorrida entregou todos os requisitos a contento.

### CONCLUSÃO:

Devido a vasta experiência de mercado, onde já somamos mais de 50 anos à frente de diversos tipos e portes de contratos, angariamos expertise, buscando sempre melhor competitividade nas precificações. Vale ressaltar que ao longo de nossa trajetória, nunca houve distrato de contratos, tampouco inexecuibilidade dos certames em que participa.

Frise-se que, além deste contrato em fase de habilitação, esta licitante detém diversos outros contratos com clientes potenciais no âmbito Público e Privado com as mesmas **peculiaridades deste certame**, comprovando na prática a exequibilidade por experiência, não somente nas composições de custo, como também nas entregas previstas em documentos licitatórios.

A recorrente se vale de uma análise superficial e, por que não dizer amadora e repleta de suposições ao longo de sua narrativa, quando tenta desqualificar esta recorrida, na medida em que considera somente aquilo que lhe convém, buscando ofuscar a perfeita, completa e transparência da mesma neste processo licitatório, o que nos faz crer que a recorrente faz apenas um juízo de valor sem conhecimento técnico-jurídico do edital que regula o presente certame.

Endereço: Rua Professor Henrique Costa, 675 • Jacarepaguá  
Rio de Janeiro • RJ • Brasil • Cep: 22470-232  
Tel: (21) 2425-2898  
vinil@vinilengenharia.com.br  
[www.vinilengenharia.com.br](http://www.vinilengenharia.com.br)





VINIL ENGENHARIA

**DO PEDIDO:**

Por todas as razões e fatos expostos, esta licitante espera e confia no prosseguimento do certame nos moldes, julgando justa decisão de habilitação, em todos os Lotes (Itens) IV, VIII, IX e X habilitados, por esta Comissão de Licitação.

Nestes termos,  
pede e espera o deferimento.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2021,

  
\_\_\_\_\_  
VINIL GESTÃO E FACILITIES LTDA  
VINIL GESTÃO E FACILITIES LTDA  
CNPJ: 33.412.883/0001-04  
**Ricardo Goyer**  
Diretor Técnico



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Fundação de Apoio à Escola Técnica  
ASSJUR

**PARECER Nº** 88/2021/FAETEC/ASSJUR  
**PROCESSO Nº** SEI-260005/001946/2021  
**INTERESSADO:** COMISPE, PRESIDÊNCIA, AGILE E VINIL GESTÃO  
**ASSUNTO:** Impugnação a habilitação referente ao Pregão Eletrônico 03/21 - lote 4

**EMENTA:** Análise de Impugnação do Pregão Eletrônico 03/2021. Pregoeiro opina pelo não acolhimento das razões do recorrente. Mantém a habilitação. Decisão final cabe à Presidência da FAETEC.

À Presidência,

## I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo apresentado pela empresa AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, cuja impugnação tem como pedido a desclassificação e inabilitação da empresa VINIL GESTÃO E FACILITIES LTDA, alegando que: que a certidão de dívida ativa está positiva; que o acordo coletivo adotado está errado; ausência de comprovação de que possui em seu quadro profissional de nível superior em administração.

Foram apresentadas contrarrazões pela empresa VINIL GESTÃO E FACILITIES LTDA, instando resumidamente, que a certidão de dívida ativa estava negativa; que sua atividade preponderante, conforme seu CNPJ é a que define o sindicato ao qual está vinculada e que apresentou a documentação do seu quadro administrativo técnico junto com os documentos comprobatórios da sua qualificação técnica.

Retornam os autos após manifestação da Comissão de Pregão Eletrônico, que inicialmente acusou a tempestividade tanto da impugnação quanto da contrarrazão. No mérito manteve a decisão no sentido de que:

"Diante do exposto, concluo que as razões de recorrer apresentadas não se mostram suficientes para conduzir a reforma da decisão atacada.

Por fim, mantenho a decisão de **HABILITAÇÃO** da empresa **VINIL GESTÃO E FACILITIES LTDA**, submetendo à autoridade superior, o Ilmo. Sr. Presidente da FAETEC, JOÃO DE MELO CARRILHO."

Este é o relatório. Passemos à análise.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

A premissa norteadora da manifestação que esta Assessoria passa a expor é que o interesse público deve ser o único objetivo certo de qualquer ato administrativo.

Partindo deste princípio, entendemos que, com as previsões editalícias, a Administração visa justamente conferir publicidade e impessoalidade ao feito (artigo 37, caput da CRFB). Deve o proponente comprovar a sua capacidade efetiva para participar do certame, impedindo assim que empresas que não detenham a viabilidade técnica necessária para o atendimento ao interesse público, que nunca é demais

lembrar; não se confunde com o interesse privado.

Os requisitos dispostos no edital visam à garantia de que a empresa proponente detém a logística necessária para o atendimento do objeto licitado. Neste diapasão, não é demasiado ressaltar que o Edital é a regra da Licitação, ou seja, é deste instrumento que emanam os preceitos que regem a realização do certame. Nesse sentido já eram as clássicas lições do mestre Hely Lopes Meirelles in “Direito Administrativo Brasileiro – 21ª edição” - São Paulo: Malheiros, 1996, página 260:

“Edital: edital é o instrumento pelo qual a Administração leva ao conhecimento público a abertura da concorrência, de tomada de preços, de concurso e de leilão, fixa as condições de sua realização e convoca os interessados para a apresentação de suas propostas. Como lei interna da concorrência e da tomada de preços, vincula inteiramente a Administração e os proponentes. (...)”

### **A) Certidão de dívida Ativa Positiva**

Conforme informado pela CPE no doc.17940134 como ora transcrito:

"Da análise dos autos, quanto ao primeiro ponto, no que tange ao fisco municipal, ***verifico que constam nos autos certidão positiva com efeitos negativos, e ainda, documentação do SICAF, indicando a regularidade da empresa Recorrida***, dando total clareza quanto ao cumprimento do requisito para a habilitação.

Note-se que, os licitantes não são obrigados a apresentar os documentos de habilitação quando já constem do SICAF, nos termos do art. 4º, inciso XIV da Lei 10.520/2002.

*XIV - os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes;*

Tal assertiva, inclusive, consta do edital, conforme se observa do item 12.1.4, senão vejamos:

**12.1.4** O Certificado de Registro Cadastral - CRC, mantido pelo **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**, poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos **subitens 12.2.1; 12.3.1; 12.4.1 e 12.6.1.** **(grifos nossos)**

No caso em questão, como se verifica tanto pelo edital como pela Lei, e pela declaração da CPE a certidão do SICAF seria hábil para atestar a habilitação da empresa, sendo instrumento hábil a substituir a certidão do fisco municipal.

Sendo assim, decisão em sentido contrário estaria apenas privilegiando o princípio do formalismo, não sendo a melhor medida, posto que a licitação deve buscar a eficiência e a economicidade.

### **B) Irregularidade do Acordo Coletivo Utilizado**

Como se verifica pela informação apresentada pela CPE nesse ponto, é no sentido de que o enquadramento sindical está ligado a atividade econômica preponderante, ou seja, aquela que consta no Cadastro do CNPJ como sendo a principal, como ora se transcreve:

A leitura que se faz dos dispositivos de lei e jurisprudências é que o enquadramento sindical do empregador é definido por sua atividade econômica preponderante, e não em função da atividade desenvolvida pela categoria profissional que prestará os serviços mediante cessão de mão de obra. (art. 581, § 2º, da CLT e art. 8º, inciso II, da Constituição Federal).

*Art. 581. Para os fins do item III do artigo anterior, as empresas atribuirão parte do respectivo capital às suas sucursais, filiais ou agências, desde que localizadas fora da base territorial da entidade sindical representativa da atividade econômica do estabelecimento principal, na proporção das correspondentes operações econômicas, fazendo a devida comunicação às Delegacias Regionais do Trabalho, conforme localidade da sede da empresa, sucursais, filiais ou agências.*

*§ 1º Quando a empresa realizar diversas atividades econômicas, sem que nenhuma delas seja*

*preponderante, cada uma dessas atividades será incorporada à respectiva categoria econômica, sendo a contribuição sindical devida à entidade sindical representativa da mesma categoria, procedendo-se, em relação às correspondentes sucursais, agências ou filiais, na forma do presente artigo.*

**§ 2º Entende-se por atividade preponderante a que caracterizar a unidade de produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades convirjam, exclusivamente em regime de conexão funcional.**

(...)

Aos nossos olhos, o enquadramento sindical aplicado, segue os parâmetros legais, já que vinculado à atividade principal no CNPJ da empresa Recorrida, não havendo assim, que se falar em irregularidade.

Feita essa análise em consulta ao CNPJ da empresa verificamos que no campo código e descrição da atividade econômica principal consta o código **43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica**, desta sorte nos parece correta o acordo coletivo utilizado, posto que essa é a atividade definida como principal no CNPJ.

### **C) Ausência de qualificação técnica**

O artigo 30 da Lei 8666/93 trata da qualificação técnica exigida nos procedimentos licitatórios.

Vejamos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

**I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.**

De acordo com o dispositivo transcrito, é facultado ao órgão licitante exigir a comprovação de aptidão dos profissionais que atuarão, bem como atestados de capacidade técnica de acordo com as necessidades do órgão e sua associação com o objeto. No presente caso, foi justificado pelo órgão técnico a necessidade dos quesitos. Ademais, cabe citar a Súmula 260 do TCU, que defende o dever do gestor em exigir a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica.

Assim, por se tratar de item que se insere na esfera de discricionariedade do administrador, esta assessoria entende que não cabe se pronunciar sobre ele. Em tempo, ressaltamos que é vedada pela legislação a exigência de cunho restritivo, que não seja estritamente necessária à execução do objeto licitado.

Contudo ressaltamos, que a CPE em sua manifestação, nesse ponto específico, ressalta que a

documentação adequada foi anexada ao processo, não devendo prosperar o alegado.

"Seguindo adiante, no que se infere quanto à alegação de ausência de qualificação técnica das responsáveis técnicas indicadas pela Recorrida, não há como aderir ao apresentado pelo Recorrente, uma vez que consta nos autos certidão de regularidade técnica e de acervo técnico da empresa e suas respectivas responsáveis técnicas."

### III. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, não tendo esta Assessoria a pretensão de fazer doutrina neste pronunciamento, tendo em vista o bem lançado pronunciamento CPE, nos coadunamos com a posição desse setor, cabendo ressaltar, por fim, que a **Comissão de Pregão é soberana para analisar e julgar todos os procedimentos do certame**, por força do art. 6º, XVI da 8.666/93.

Art. 6º - Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

XVI - Comissão - comissão, permanente ou especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Marçal Justen Filho, op. cit., p. 424, ministra no mesmo sentido:

"Se os integrantes da Comissão não dispuserem dos conhecimentos técnicos necessários para a apreciação dos documentos, poderão valer-se do concurso de terceiros, integrantes ou não da Administração. **Obviamente, não será delegada aos terceiros a competência decisória.** Esses terceiros fornecerão pareceres técnicos, para orientar e fundamentar a decisão. **A Comissão poderá, inclusive, discordar das conclusões dos pareceres técnicos**".

(Grifo nosso)

Assim, esta Assessoria opina no sentido de não acolhimento das razões aduzidas na impugnação interposta, dando-se prosseguimento ao feito.

**PRISCILA DE OLIVEIRA TEIXEIRA**

ASSESSORIA JURÍDICA / FAETEC

ID.: 51157730 - OAB RJ Nº 147.252



Documento assinado eletronicamente por **Priscila de Oliveira Teixeira, Assessor(a) Técnico(a)**, em 09/06/2021, às 02:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **17949416** e o código CRC **CE110FE7**.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Fundação de Apoio à Escola Técnica  
Presidência

À Comissão de Pregão Eletrônico- COMISPE,

Tendo em vista o relatado por esta Comissão no despacho de indexador nº 17940134 e o Parecer 88 da d. FAETEC/ASSJUR, indexador nº 17949416, acompanho o entendimento de ambos no sentido do **não acolhimento do recurso**.

Atenciosamente,

**João de Melo Carrilho**  
Presidente da FAETEC  
ID 51151057

Rio de Janeiro, 09 de junho de 2021



Documento assinado eletronicamente por **João de Melo Carrilho, Presidente**, em 09/06/2021, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **17966219** e o código CRC **6113727B**.

Referência: Processo nº SEI-260005/001946/2021

SEI nº 17966219

Rua Clarimundo de Melo, 847, - Bairro Quintino, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21311-280  
Telefone: 2333-9631 - [faetec.rj.gov.br](http://faetec.rj.gov.br)